

## Artigo

# **A Ditadura Militar e a Diminuição do Tempo Livre no Brasil: quais os impactos desse período no lazer dos brasileiros?**

Felipe Mateus de Almeida\*

### **Resumo**

O presente artigo trata da ditadura militar brasileira e a diminuição do tempo livre no Brasil. Em um primeiro momento, apresentamos brevemente as características, os projetos e as políticas que nortearam a ditadura militar brasileira. Em seguida, trazemos uma análise demonstrando como o discurso e a ideologia dominante naquela época – onde o trabalho era o único e melhor caminho para o progresso – em conjunto com as medidas de repressão, controle e vigilância da classe operária, foram responsáveis por um processo de diminuição do tempo livre dos brasileiros.

**Palavras-chave:** Militares. Repressão. Controle Social. Ideologia.

### **The military dictatorship and the reduction of free time in Brazil: what are the impacts of this period on brazilian leisure?**

### **Abstract**

This article deals with the Brazilian military dictatorship and the decrease in free time in Brazil. At a first moment, we briefly present the characteristics, projects and policies that guided the Brazilian military dictatorship. Then, we bring an analysis demonstrating how the dominant discourse and ideology at that time – in which work was the only and best path to progress – along with the measures of repression, control and surveillance of the working class, were responsible for a process of reduction of free time for Brazilians.

**Keywords:** Military. Repression. Social Control. Ideology.

\* Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás,  
[felipe.mateus.sociologia@gmail.com](mailto:felipe.mateus.sociologia@gmail.com)

No final do governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil estava passando por uma crise econômica profunda, com altos índices de inflação e uma dívida externa que aumentava cada vez mais, o que fez com que o país perdesse boa parte de seu financiamento externo vindo do capital estrangeiro. As classes superiores, temendo por uma revolta vinda da classe operária e das demais classes inferiores da época, viam a necessidade de se pensar em uma maneira de controlar essas possíveis revoltas para que não houvesse um período de instabilidade no país, pois isso atrapalharia ainda mais a acumulação de capital existente. Para Almeida e Gutierrez (2011):

Com o fim do governo Juscelino Kubitschek e as altas taxas inflacionárias, somados às dificuldades do Estado em promover políticas sociais, ocorreu uma desilusão geral. No plano político, Jânio Quadros, representante da direita (UDN), chega ao poder com ampla vantagem sobre o General Lott. Jânio Quadros teve um ímpeto populista, porém, completamente disparatado (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 45).

Os autores irão continuar sua análise dizendo que:

João Goulart realizou um governo contraditório. Procurou estreitar as alianças com o movimento sindical e os setores reformistas, mas, paralelamente, tentou implementar uma política de estabilização com base na contenção salarial. Seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro do Planejamento, Celso Furtado, tinha por objetivo manter as taxas de crescimento da economia e reduzir a inflação. Essas condições, exigidas pelo FMI, seriam indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos para a renegociação da dívida externa e para a elevação do nível de investimento (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p.46).

A primeira atitude encontrada para tentar solucionar a crise que começava a se instalar no Brasil no final dos anos 50 foi a eleição de João Goulart. Durante seu período de governo, esse presidente foi responsável por uma série de medidas que muitas vezes eram consideradas contraditórias, dada a sua intenção de se aproximar dos setores considerados reformistas e ao mesmo tempo tentar agradar as elites com políticas ligadas à contenção dos salários, por exemplo.

Também foi no governo de João Goulart que foi implementado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico do Brasil, que tinha como principal meta a manutenção das taxas de crescimento da economia brasileira e a redução da inflação. Com isso, o governo de João Goulart buscava atender as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), visando obter novos empréstimos e renegociar a dívida externa para que houvesse uma elevação do nível de investimento no país.

Além dessas iniciativas, o Plano Trienal do governo de João Goulart propôs uma série de reformas de base, dentre as quais podem ser destacadas a reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. A justificativa do governo para tais reformas era a de que elas eram necessárias para que o Brasil se desenvolvesse a partir de um capitalismo de perspectiva nacionalista e progressista. Essas reformas, que se aproximavam mais dos projetos “progressistas” do que dos da elite, acabaram por desagradar os membros da classe burguesa e das demais classes superiores presentes na sociedade brasileira naquela época, o que acirrou ainda mais os conflitos entre as classes sociais no país (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011).

Segundo Almeida e Gutierrez (2011), mesmo com o abandono do Plano Trienal em 1963 por parte das elites brasileiras, João Goulart seguiu com suas medidas de cunho nacionalista, limitando a remessa de capital para o exterior, nacionalizando empresas de comunicação e revendo as concessões estrangeiras para a exploração de minério no Brasil. Isso fez com que houvesse uma série de retaliações por parte do capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, fazendo com que as empresas norte-americanas cortassem o crédito que depositavam no Brasil, o que conseqüentemente obrigou o país a interromper a negociação de sua dívida externa por conta da falta de recursos financeiros.

Diante de todos esses problemas que acabaram por aprofundar ainda mais a crise no Brasil, aumentando sua dívida externa, a inflação e os conflitos entre as classes sociais, a classe burguesa e as demais classes superiores viram no golpe militar a solução para sair da crise e manter o

processo de acumulação de capital vigente no país. Nesse sentido, no ano de 1964, João Goulart é destituído do seu cargo de presidente e tem início o período da ditadura militar no Brasil.

No presente artigo, tratamos da ditadura militar e sua relação com a diminuição do tempo livre no Brasil, impacto que foi sentido sobretudo por aqueles que compunham a classe operária e as demais classes inferiores do país naquela época.

### **As Políticas de Repressão da Ditadura Militar Brasileira e seu Impacto no Lazer**

O período da ditadura militar no Brasil foi marcado por diversos ataques aos direitos humanos e civis, sobretudo no que se refere à censura e à liberdade de expressão e de oposição às ideias do regime através dos chamados Atos Institucionais. O primeiro Ato Institucional (AI – 1) foi responsável pela cassação de mandatos de membros de partidos opositores, pela suspensão dos direitos políticos por dez anos e pela perda da imunidade parlamentar, o que abriu espaço para a prisão desses indivíduos, caso eles fizessem alguma crítica ao regime militar. O segundo Ato Institucional (AI – 2), decretou o fim do pluripartidarismo em detrimento de uma política bipartidária, o que culminou na existência de apenas dois partidos legalizados no país: A Arena (apoiadora do governo militar) e o MDB (que se dizia ser de oposição). O terceiro Ato Institucional (AI – 3) foi responsável pelo controle das eleições no âmbito federal, estadual e municipal, sendo os poderes executivo e legislativo preenchidos por meio de eleições indiretas. O quarto Ato Institucional (AI – 4) foi caracterizado pelo período em que foi redigida uma nova carta constitucional que tratava da centralização do poder nas mãos do Estado Federal, o que deu sustentação para o regime de exceção. Por fim, o quinto e último Ato Institucional (AI – 5) foi responsável pela suspensão do *Habeas Corpus* e pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que era um órgão responsável pelo controle das artes, dos espetáculos e do lazer (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011).

Nesse sentido,

Com o tempo, o expansionismo da repressão militar atingiu a todos. Os golpistas arrasaram a intelectualidade brasileira, expulsaram cientistas e destituíram reitores das universidades, colocando interventores militares ou entreguistas civis nessas instituições. Houve um refluxo cultural nos ambientes intelectualizados, como na literatura, nas apresentações, nas canções, nos filmes e nas artes, levando o pensamento brasileiro para a unilateralidade (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 53).

A repressão promovida pela ditadura militar atingiu quase toda a população brasileira, com exceção dos próprios militares e dos indivíduos pertencentes às classes sociais superiores que apoiavam o regime. A repressão e a censura foram responsáveis por um processo de perseguição contra intelectuais, artistas, trabalhadores, estudantes e militantes políticos que combatiam o regime militar no Brasil, o que conseqüentemente levou a uma série de prisões, torturas, mortes e exílio de intelectuais, políticos de “oposição” e cientistas.

A ditadura militar viu no trabalho um requisito para promover o avanço da economia brasileira. Essa conjuntura transformou de maneira considerável o uso do tempo livre dos trabalhadores brasileiros, pois houve uma redução nesse tempo livre por conta da prática abusiva de horas-extras, mesmo com a lei que limitava a jornada de trabalho:

Nos primeiros anos da ditadura militar iniciada com o golpe de Estado de 1964, especialmente no período compreendido entre 1969 e 1973, ocorreu uma ênfase no trabalho, que foi considerado pelos setores hegemônicos como pré-requisito para promover o avanço econômico do país. Essa conjuntura influenciou a história do lazer no Brasil porque reduziu drasticamente o tempo livre dos trabalhadores (GOMES; PINTO, 2009, p. 76).

Indo de encontro à afirmação das autoras da citação anterior, Almeida e Gutierrez (2011), escrevem que:

Ao mesmo tempo que aumenta a repressão, o Produto Interno Bruto (PIB) cresce a quase 12% ao ano e a inflação média anual não ultrapassa 18%. Viveu-se, no começo da década de 1970, o chamado “Milagre Econômico” com o Estado arrecadando mais, fazendo grandes empréstimos e atraindo investimentos externos para projetos de grande porte no setor industrial, agropecuário, mineral e de infraestrutura. Alguns desses projetos, por seu custo e

impacto, são chamados de faraônicos, como a construção da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói. Esse crescimento consolidou um tipo de desenvolvimento que privilegiou as grandes empresas nacionais, estatais e multinacionais. As questões relativas ao crescente endividamento externo do país e a deterioração na distribuição de renda ficaram em segundo plano diante do controle da inflação e do aumento das exportações, garantido pelos incentivos governamentais e por um mercado mundial favorável (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 58).

Nesse sentido, a ditadura militar brasileira foi responsável por um processo de difusão da ideologia de que somente com o trabalho era possível alcançar o pleno desenvolvimento da economia e de todos os brasileiros. Em conjunto com essa ideologia, também foi criada uma série de jargões e frases que eram sempre veiculados no rádio, na televisão e em *outdoors*. O mais famoso desses jargões era o “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que tentava criar um forte sentimento de pertencimento à nação e de que somente a união de todos, independentemente da classe social da qual se fazia parte, era o que poderia tirar o Brasil da crise.

Além disso, a repressão no Brasil fez com que houvesse certo recrudescimento da luta de classes, dada a dificuldade de organização, tendo em vista que qualquer movimentação já era considerada suspeita e sempre havia agentes do governo infiltrados em meio a grupos de oposição, na tentativa de desarticulá-los e punir seus membros, muitas vezes com a prisão e a tortura. Os poucos canais de diálogo que haviam foram fechados e a luta contra o regime se desenvolvia de forma clandestina.

Isso fez com que durante certo tempo, ocorresse um período de estabilização da acumulação de capital no Brasil, resultando em uma série de investimentos por parte dos militares. Durante esse período houve um crescimento considerável do PIB e a inflação manteve-se estabilizada, o que, conseqüentemente, aumentou a arrecadação do Estado e o investimento externo em projetos de grande porte no setor industrial, mineral, agropecuário e de infraestrutura. Esse período, chamado pelos militares de “Milagre Econômico”, priorizou um desenvolvimento ligado às grandes empresas nacionais e multinacionais, deixando para segundo plano

problemas que mais tarde viriam a contribuir com a crise e o fim do regime ditatorial no Brasil, como por exemplo o endividamento externo do país por conta dos empréstimos, e, também, o aumento da desigualdade na distribuição de renda.

Nesse sentido, esse dito “Milagre Econômico” favoreceu apenas uma parte da sociedade brasileira que era composta pelos militares e as demais classes superiores que apoiavam e ajudavam a manter a ditadura militar e o processo de acumulação de capital no Brasil. À classe operária e às demais classes inferiores, restavam as más condições de trabalho, as jornadas excessivas e a repressão a todo e qualquer movimento que ousasse questionar o regime ou, pelo menos, exigir condições melhores de trabalho.

Dito isso, em meio a um regime militar caracterizado pela grande repressão e vigilância dos espaços públicos que antes eram utilizados para a prática do lazer – como as ruas, os auditórios, os teatros, os parques e os museus –, o discurso orientado pelo desenvolvimento através do trabalho e as jornadas extenuantes e excessivas de trabalho à qual a classe operária era submetida, como ficava a questão do lazer?

Por mais que a ditadura militar brasileira tenha dado um grande golpe nas escolhas individuais e na liberdade dos seres humanos e tenha visto no trabalho o principal requisito para o desenvolvimento do Brasil, o lazer também teve seu papel no controle e disciplinamento dos indivíduos:

Para intervir na produção cultural, os militares criaram órgãos específicos que atuavam no momento de lazer da população. Dos filmes às atividades físicas, os militares faziam-se presentes, ou para construir uma identidade nacional, ou para destruir as formas de resistência. O governo atuou ativamente no lazer brasileiro, objetivando a ordem, a formação de corpos sadios e reprimindo a ociosidade. (...) A preocupação dos militares era manter a ordem e sedimentar na nação a importância do Estado como sendo o maior representante do povo, utilizando a escola como o hastear da bandeira, o canto do Hino Nacional e a leitura de livros que valorizassem os heróis nacionais, como os revolucionários militares de 1964, o presidente militar Eurico Gaspar Dutra (...) o Marechal de Ferro Floriano Peixoto e (...) nosso patrono das forças armadas, Duque de Caxias, que venceu os paraguaios (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 66).

No governo dos militares, o lazer também foi utilizado como um mecanismo de controle social. Esse controle e a vigilância das atividades de lazer praticadas pela população eram feitos através de órgãos e instituições subordinadas ao governo, sendo o Serviço Nacional de Informação (SNI) a principal instituição responsável por esse processo de controle das atividades de lazer da época. Todos os filmes, músicas, peças de teatro, programas de rádio e TV passavam por uma avaliação prévia e, caso apresentassem algum conteúdo que fosse visto como subversivo ou que criticasse o regime militar, eram prontamente censurados e banidos.

Evidentemente que por mais que houvesse um rigoroso processo de vigilância daquilo que era veiculado na mídia, os militares não conseguiam controlar tudo. Era comum o uso de estações de rádio clandestinas por parte dos grupos que faziam oposição ao regime, sendo a programação dessas rádios um mecanismo para divulgar conteúdo revolucionário e de contestação à ditadura militar no Brasil. Era por meio dessas estações que cantores considerados opositores do regime – como Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil – disseminavam suas músicas com conteúdo contestador e de crítica à ditadura militar brasileira (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011).

Outro equipamento que ganhou grande destaque durante a ditadura militar no Brasil e se transformou em uma das principais práticas de lazer na sociedade brasileira naquela época foi a televisão. A televisão, que em épocas anteriores era cara e só podia ser adquirida pelos membros da burguesia e das demais classes superiores, se popularizou no Brasil a partir da década de 70, estando presente em praticamente todos os lares que possuíam energia elétrica. Como na ditadura militar brasileira a repressão era constante e toda e qualquer atividade era considerada suspeita pelos militares, a rua acabou perdendo seu caráter de espaço “livre” onde as pessoas podiam circular e realizar determinadas atividades de maneira gratuita:

A televisão brasileira foi ao ar em 1950 com a TV Tupi, em São Paulo, porém, somente no regime militar, com o investimento estatal, ela obteve a abrangência de uma grande emissora de comunicação. Anteriormente restrita a grupos de classes altas que podiam comprar os aparelhos, posteriormente, no “milagre econômico”, com o incentivo da produção nacional de televisores e das antenas, desenvolveu-se o setor. A partir disso, ela assumiu a missão de integrar a nacionalidade absorvendo elementos de outras artes, como o teatro, a música e a poesia (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 81 – 82).

Além da repressão, a própria dinâmica da urbanização e da divisão entre as classes sociais foi responsável por um processo de especulação imobiliária que acabava dividindo a cidade – e conseqüentemente as ruas que dela faziam parte – em bairros onde se tinha uma maior estrutura e espaços de lazer (como os parques, museus, cinemas e teatros) e bairros mais afastados e periféricos, onde se tinha pouca ou quase nenhuma estrutura e espaços de lazer. Os bairros mais estruturados eram habitados pelos membros das classes superiores e os bairros menos estruturados eram habitados, em sua maioria, pelos membros da classe operária e demais classes inferiores.

Tudo isso fez com que a televisão se transformasse em uma das atividades de lazer mais populares na época da ditadura militar brasileira, além de ser utilizada como ferramenta de controle social e propaganda do regime militar. É nessa época que as novelas e filmes ganham destaque, tendo suas transmissões feitas principalmente pela Rede Globo e a TV Tupi.

Com a popularização do rádio e da televisão, diversos outros setores também passam a ganhar espaço no Brasil. Um dos setores que mais cresceu nessa época foi o mercado fonográfico:

No Brasil, desde os fins da década de 60, o mercado de venda de discos cresceu progressivamente. Em 1968, o número de unidades vendidas girava em torno de 14 mil. Dez anos depois, em 1978, essa estimativa já era de quase 60 mil unidades. A tecnologia do *long play* (LP), que tinha em si capacidade para seis compactos simples ou três duplos favoreceu o crescimento, restringindo gastos e otimizando investimentos (DIAS; SCHETINO, 2012, p. 61).

Os autores continuam sua análise dizendo que:

Ao longo de toda a década de 70 a média de aumento na produção e na venda de discos ficou sempre acima da média de crescimento de todos os outros setores industriais. Em 1979 o mercado brasileiro já era o sexto no *ranking* mundial. Foi a época em que o Brasil sediou reuniões das federações internacionais dos produtores de disco e quando se criou uma Associação dos Lojistas (DIAS; SCHETINO, 2012, p. 62).

Através da discussão e das citações trazidas nas linhas anteriores desse trabalho, podemos afirmar que o desenvolvimento tecnológico está diretamente ligado à prática do lazer, sobretudo no que se refere à transmissão de imagens e conteúdos que visam direcionar o indivíduo a consumir determinado produto ou a assimilar determinado discurso ou informação que é veiculada, sem refletir de maneira crítica sobre o mesmo:

Na sociedade capitalista, a expansão de meios tecnológicos ou eletrônicos de comunicação cria uma nova variedade de formas de comunicação. Porém, em toda a sociedade de classes a comunicação tende a ser hegemonicamente assimétrica. A produção de meios tecnológicos de comunicação, por sua vez, ocorre na sociedade capitalista e de acordo com sua lógica. Os meios tecnológicos de comunicação se beneficiam do desenvolvimento tecnológico e servem ao processo de reprodução do capital por serem mercadorias. (...) os meios tecnológicos de comunicação são mercadorias que geram lucro para determinados setores do capital e que são meios de produção para outros setores do capital, que compõem o setor das empresas de comunicação (VIANA, 2020, p. 33 - 34).

O autor continua seu estudo dizendo que:

O Estado Capitalista realiza um processo de regularização do conjunto das relações sociais, incluindo a comunicação. Através da legislação se institui um regime de censura e controle que impede a livre manifestação da comunicação. O papel do Estado não se limita a isto, pois além do poder de legislar, controlar, possibilitar (através das concessões de redes de rádio e televisão, por exemplo), ele também possui os seus próprios meios de comunicação e os usa de acordo com suas necessidades, não totalmente mercantis, mas principalmente políticas (VIANA, 2020, p. 39).

A expansão tecnológica é condicionada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Na época da ditadura militar no Brasil, o rádio e a televisão foram os principais meios tecnológicos de comunicação e pelo menos um deles estava presente em boa parte das residências brasileiras. Por conta do rádio e da televisão, diversos setores do capital

lucraram, como por exemplo o setor da venda de discos e as empresas ligadas ao cinema e que produziam filmes nacionais que iam de encontro aos ideais e valores defendidos pelos militares à época da ditadura no Brasil.

No modo de produção capitalista, o Estado sempre teve o papel de regularização das relações sociais, o que também inclui a comunicação. No caso do Brasil, esse papel sempre ficou bem claro, sobretudo com a criação do Departamento de Publicidade e Propaganda (DIP) no Estado Novo e do Serviço Nacional de Informação (SNI) na ditadura militar em 1964. Tanto o DIP quanto o SNI eram compostos por um conjunto de funcionários ligados a uma burocracia estatal e tinham como função a regularização dos conteúdos veiculados no rádio e na televisão, sendo responsáveis por controlar, fiscalizar e censurar aquilo que ia contra ideais e políticas dos regimes naquela época. Evidentemente que hoje não vivemos mais em uma ditadura ou em um regime autoritário no Brasil, mas o Estado ainda atua de maneira direta no controle e regularização das relações sociais de comunicação.

Durante a ditadura militar, outra atividade de lazer que sofreu com o processo de controle social e vigilância foram os esportes, sobretudo com a criação do programa Esporte Para Todos (EPT). Para Mascarenhas (2005):

Uma outra iniciativa por parte do governo federal visando o incentivo e propagação do lazer pode ser localizada na criação de campanhas como o Esporte para Todos. Seguindo os princípios da educação permanente, subjacentes à Carta Européia do Esporte para Todos, elaborada pelo Conselho da Europa, em 1975, o EPT brasileiro procurava dinamizar a prática de esporte de modo informal e massivo. Apostando na aquisição e desenvolvimento de hábitos saudáveis de lazer entre a população, objetivava-se cultivar o espírito esportivo e competitivo, imprescindível ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento industrial, estimulando o uso do tempo livre com eventos esportivos, sempre afirmando valores como o sentimento cívico, a família, a comunidade, a vizinhança, a saúde etc. (MASCARENHAS, 2005, 99 – 100).

O programa Esporte para Todos foi uma iniciativa criada no governo militar visando disseminar as políticas de lazer ligadas ao esporte, tendo como principal objetivo alcançar os membros da classe operária e das demais classes inferiores da sociedade brasileira naquela época. O Esporte para

Todos procurava disseminar a prática da atividade esportiva de maneira massiva, buscando alcançar o desenvolvimento de hábitos saudáveis de lazer entre a população. Além disso, esse programa almejava potencializar a competição entre os indivíduos, fazendo com que eles levassem essa competição não só para a prática dos esportes, mas também para o ambiente de trabalho, o que, segundo os idealizadores do EPT, contribuiria com o aumento da produtividade.

O Esporte para Todos, além de servir como mecanismo de controle social do lazer através das atividades esportivas, também atuou como um estimulador dos valores do sentimento cívico, do apego à família, à comunidade, à vizinhança, à pátria e à nação. Nesse sentido, por trás de um discurso que dizia estar popularizando o lazer através da prática do esporte, existia um programa que objetivava interferir de maneira direta no uso do tempo livre da população, sobretudo daqueles indivíduos que faziam parte da classe operária e das demais classes inferiores.

Com isso, os militares aumentaram ainda mais o seu controle social acerca do uso do tempo livre da população, percebendo no programa Esporte para Todos uma alternativa para garantir a chamada “paz social”, que nada mais era do que a manutenção da divisão social do trabalho e a divisão entre as classes sociais.

Outra prática de lazer que também foi explorada pelo governo na ditadura militar foi o turismo. O regime militar criou uma política sistematizada de investimento e captação de recursos para esse setor. Conforme Almeida e Gutierrez (2011):

Com a construção de estradas, o turismo interno fez desenvolver uma incipiente estrutura no setor terciário. (...) Surge o turismo com férias pagas em hotéis, *campings*, albergues, com transportes baratos e viagens em ônibus fretados, além da grande novidade: as atividades de recreação em locais turísticos. Com o investimento no tempo livre, tanto o governo como o setor privado percebem a fatia de mercado que guardava o turismo, o primeiro visando à ampliação da balança comercial e de empregos e o segundo com expectativas de lucro (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 74).

Em seguida, os autores dizem que:

A Embratur, buscando sua função inicial de porta-voz do governo brasileiro, elaborou e divulgou um marketing oficial mostrando a ideia de um Brasil multirracial de tonalidade pacífica, democrática e ordeira para o mundo. Apelou para uma propaganda de exploração do erotismo e da beleza da mulher brasileira, bem como trabalhou o lado exótico e da diversidade cultural, demonstrando uma convivência social cuja existência é mais produto de romances e novelas que da realidade histórica do país. (...) A estratégia consistiu em montar uma propaganda política oficial que seria veiculada por meio de um órgão de turismo, no qual as belezas do Brasil serviriam para ocultar o que de fato estava ocorrendo no país, com um apelo voltado à plástica da mulher brasileira, ao Carnaval e à hospitalidade do povo para receber o turista estrangeiro (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2011, p. 75).

A construção de estradas, ferrovias, portos, aeroportos e o aumento dos veículos fabricados e adquiridos no Brasil, atingiu de maneira direta o turismo. A atividade turística era vista pelos militares como uma maneira de passar uma imagem positiva do Brasil aos estrangeiros, o que conseqüentemente atraía investimentos do capital internacional para o país. Tendo esse objetivo em mente, o turismo assume um papel importante enquanto atividade de lazer no país e, contando com o apoio do Estado e dos militares, surge uma série de atividades ligadas a esse setor: férias pagas em hotéis localizados no litoral, *campings* em áreas rurais, viagens de ônibus e avião e as colônias de férias com atividades recreativas no local escolhido pelo turista. A partir da potencialização do turismo enquanto atividade de lazer, tanto o governo como o setor privado atingem seus objetivos, sendo que um percebia nessa atividade uma maneira de ampliar a sua balança comercial e outro conseguia obter lucro.

Por trás desses objetivos, também existia o interesse do governo militar de mascarar a real situação do Brasil na época da ditadura militar. Através de órgãos como a Embratur – responsável pela gestão do turismo brasileiro na época do regime militar e presente até os dias atuais em nosso país – foi feito todo um trabalho de *marketing* que objetivava passar a visão de um governo que pensava em todos os seus cidadãos através do ideal de um Brasil multirracial, pacífico, ordeiro e democrático. O turismo brasileiro na época do governo dos militares foi direcionado ao erotismo e à exploração

da beleza da mulher brasileira através de festas como o carnaval, além da venda e promoção da imagem do povo brasileiro enquanto um povo acolhedor e que estava sempre de bem com a vida.

Enquanto os militares tentavam passar essa imagem de um Brasil democrático, ordeiro, sem qualquer tipo de problema e que vivia em um processo de paz social entre todos os seus cidadãos através de atividades de lazer ligadas principalmente ao esporte, ao turismo e à expansão dos meios de comunicação como o rádio e a televisão, a realidade do país era outra.

O antagonismo entre as classes sociais aumentava cada vez mais, o problema da má distribuição de renda se tornou ainda pior por conta das políticas de arrocho e congelamento de salários e a classe operária e as demais classes inferiores eram submetidas a uma jornada de trabalho extenuante. Além disso, através da censura e da repressão constante a todo e qualquer movimento social ou de organização da classe operária, houve uma supressão de direitos sociais, políticos e trabalhistas.

A discussão trazida nas páginas anteriores demonstra um aspecto fundamental do lazer na sociedade capitalista, que é o fato de este servir como um mecanismo de controle social. O controle social, na nossa concepção, é compreendido como um mecanismo ou uma prática que atua de maneira direta nas relações sociais que envolvem o trabalho, o lazer e as formas de contato social entre os seres humanos. O controle social é uma prática que auxilia no processo de dominação e exploração da classe operária e das demais classes inferiores, seja por meio da organização científica do trabalho ou seja por meio da atuação do Estado no que se refere ao uso da força e da repressão por meio da lei e das normas que regem a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e de seus regimes de acumulação. O controle social também pode ser exercido através de mecanismos não repressivos ou disciplinares, como, por exemplo, através das atividades de lazer e recreação. O controle social não é um mecanismo neutro, mas, sim, um representante dos interesses da classe dominante e

das demais classes superiores, tendo sempre como objetivo a manutenção da hegemonia do capital.

É interessante ressaltar que o controle social não se exerce sozinho, ou seja, ele não é uma prática que acontece do nada, sem que não se tenha ninguém para executá-lo. O controle social é uma relação social e, por conta disso, perpassa um processo que envolve uma relação entre seres humanos, se reproduzindo em mecanismos e instituições, como o Estado, a Burocracia, a família, a escola, etc.

No caso da ditadura militar, para além de todas as formas de repressão exercidas por meio do Estado e dos demais órgãos controlados pelos militares e pelas classes superiores existentes naquela época, outros fenômenos que faziam parte do cotidiano da classe operária e das demais classes inferiores também foram utilizados enquanto mecanismo de controle social, como ocorreu com o lazer.

O lazer é um fenômeno da sociedade moderna, ou seja, da sociedade capitalista. Por ser uma prática da sociedade capitalista, o lazer reproduz as relações sociais provenientes dela, o que inclui uma série de contradições e conflitos que estão diretamente ligados à luta de classes. Nesse sentido, o que se tem é um processo que envolve o controle e a disciplina dos trabalhadores por meio da apropriação do seu tempo livre fora do ambiente de trabalho, o que ocorre por meio das atividades de lazer. Conforme aponta Santos (2018):

Os conteúdos da produção cultural passam a subordinar à dinâmica do mercado. Os conteúdos são projetados para criar um mercado consumidor. As divisões de classes sociais aparecem nos produtos culturais amplamente ofertados no mercado de consumo. Assim, os indivíduos não têm qualquer controle sobre o que é produzido. (...) A disciplina e o controle se expressam tanto nas regras previamente estabelecidas quanto nos horários, locais, acessos (SANTOS, 2018, p. 133).

O que se tem na prática do lazer durante a ditadura militar no Brasil, para além de um mecanismo de controle social, é o surgimento e o desenvolvimento de um lazer programado dotado de uma capacidade e um

conteúdo que – assim como nas atividades desenvolvidas dentro dos ambientes de trabalho – dissemina práticas, reproduz valores e cria relações sociais capazes de auxiliar na vigilância e disciplina dos indivíduos que estavam inseridos na classe operária e nas demais classes inferiores existentes naquela época.

Diante disso, o que se pode afirmar é que além de o lazer servir como um mecanismo de controle social, ele também foi útil enquanto forma de mascarar o processo de aprofundamento das desigualdades sociais e da repressão existentes no Brasil naquela época. O lazer não pode ser considerado uma atividade dotada de um caráter de neutralidade e que pode ser praticado por todos os indivíduos de maneira igualitária, pois ele é uma prática que está associada a uma série de relações antagônicas que compõem a sociedade capitalista, o que consequentemente envolve a classe social e o modo de vida no qual um determinado ser humano está inserido.

## **Considerações Finais**

Podemos afirmar que durante o período da ditadura militar, ocorreu uma redução considerável do tempo livre fora do ambiente de trabalho que, estando associado às políticas de repressão, censura e favorecimento da classe social burguesa e das demais classes superiores, acabou por reduzir as atividades de lazer da classe operária e das demais classes inferiores a práticas ligadas ao esporte, às atividades físicas e aos programas de rádio e TV, com suas programações e conteúdos sendo completamente controlados, gerenciados e manipulados pelos militares.

Enquanto isso, para a burguesia e as demais classes superiores que apoiavam o golpe militar e viviam no Brasil naquela época, restava aproveitar o seu tempo livre com as viagens e hospedagens em hotéis de luxo, cruzeiros e viagens em ônibus fretados. Isso sem falar nos museus, parques, cinemas, teatros e demais instituições e locais pagos que serviam

como opções de lazer e estavam instaladas nos bairros mais nobres das cidades.

No presente artigo, demonstramos como na ditadura militar brasileira, por mais que se tenha tido um período de diminuição do tempo livre por conta das políticas de repressão, controle e supressão de direitos essenciais da classe operária e das demais classes inferiores naquela época, também houve o surgimento de diversas atividades e políticas de lazer que estavam ligadas ao controle social dos indivíduos, sobretudo no que se refere à questão do esporte e dos programas de rádio e TV que circulavam naquele período.

Isso demonstra que o lazer, uma prática que é fruto da sociedade moderna, ou seja, da sociedade capitalista, não deve ser compreendido como uma atividade ou fenômeno neutro, mas sim como uma forma de controle social que atua de maneira direta na manipulação das formas de consciência dos indivíduos, sobretudo daqueles que fazem parte da classe operária.

**Felipe Mateus de Almeida** é Sociólogo. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lazer e Sociedade (LAS) e do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS).

[felipe.mateus.sociologia@gmail.com](mailto:felipe.mateus.sociologia@gmail.com)

Artigo recebido em: 25/02/2022

Aprovado em: 02/03/2023

Como citar este texto: ALMEIDA, Felipe Mateus de. A ditadura militar e a diminuição do tempo livre no Brasil: quais os impactos desse período no lazer dos brasileiros? **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 01, p. 147-164, 2023.

## Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização**. São Paulo: Phorte, 2011.

DIAS, Cléber; SCHEITINO, André. Lazer e Tecnologia no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: MELO, Victor Andrade de, *et. al.* (Orgs.). **Lazer e Tecnologia**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2012, p. 49 – 65.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne, *et al.* (Orgs.). **Lazer na América Latina/ Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 67 – 122.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. Campinas, 2005.

SANTOS, Cleito Pereira Dos. Os ciclos do lazer: disciplina e controle social. In: ALMEIDA, Felipe Mateus de; SANTOS, Cleito Pereira dos (orgs.). **Lazer, Trabalho e Consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais**. Curitiba: CRV, 2018, p. 121-142.

VIANA, Nildo. **Teses sobre o capital comunicacional**. Goiânia: Enfrentamento, 2020.